

ATIVIDADE POLICIAL E DIREITOS HUMANOS

POLICE ACTIVITY AND HUMAN RIGHTS

FERREIRA, Brito Renan Wedres¹

BORGES, Barbosa Marcelo²

RESUMO

As instituições policiais estiveram um histórico antagônico entre a atividade policial e a efetividade dos direitos humanos, conforme a pesquisa. Portanto, as corporações tiveram que evoluir no seu modo de atuar, desenvolvendo projetos operacionais, tático e estratégico com fundamentação no ordenamento jurídico com objetivo de inibir qualquer violação aos direitos da pessoa humana na atuação dos agentes policiais, com uma transformação positiva da segurança pública e a confiabilidade dos cidadãos no trabalho policial. Os procedimentos operacionais têm como objetivo oferecer maior transparência na atuação da polícia para ofertar um trabalho de qualidade na proteção das pessoas e cumprimentos das leis nas abordagens policiais.

Palavras-chave: Direitos humanos; Manual de Atividade Policial; Abordagem policial.

ABSTRACT

Police institutions have been a historic antagonist between police activity and the effectiveness of human rights, according to the survey. Therefore, corporations had to evolve in their way of acting, developing operational, tactical and strategic projects with a foundation in the legal system with the objective of inhibiting any violation of human rights in the actions of police agents, with a positive transformation of public security and the reliability of citizens in police work. The operational procedures aim to provide greater transparency in the police action to offer a quality work in the protection of people and compliance with the laws in the police approaches.

Keywords: Human rights; Police Activity Manual; Police approach.

¹Aluno do Curso de formação de Praças, Turma 7º Pelotão 5º CRPM do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás-CAPM, wedres.ferreira@gmail.com; Cristalina – GO, maio de 2018.

²Professor orientador: Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás CAPM, marcelo.borges1@gmail.com, Iporá – GO, Maio de 2018

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução das instituições militares, uma vez instalado o Estado Democrático de Direito aperfeiçoando a maneira de aprimorar a prestação de serviços da Segurança Pública por vias de políticas adequadas para almejar o desenvolvimento e eficiência no âmbito policial em suas técnicas de procedimentos operacionais de abordagem a pessoas e com o desafio de combater a criminalidade, promover a paz social, sempre com o respeito à dignidade humana.

Durante muito tempo a proteção dos direitos humanos e a polícia estiveram em lados opostos, visto que o Brasil teve em sua história um regime militar que não era signatário de todas as práticas dos direitos humanos. Na modernidade o Brasil, com o advento da democracia e luta para que se molde aos desígnios das condutas dos direitos humanos teve grandes transformações no âmbito da segurança pública.

Conforme (PINTO, Ferreira, 2007), as atribuições do Estado brasileiro junto ao povo se enfatiza a Segurança Pública, que conforme a Carta Magna 1988, foi atribuída como dever e responsabilidade de todos, com o intuito de gerar a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” mediante atividades da polícia militar. Ao deliberar tais exercícios, a Carta Magna introduziu a Polícia Militar como corporação que realizaria as atribuições no escopo de proteger as pessoas, restando a missão operacional de como se daria as adaptações de uma nova realidade advinda de uma recente democracia, essa Polícia Militar que acaba de sair de um regime militar no qual agia com cerceamentos dos direitos da pessoa humana que com o advento da democracia passaria a respeitar e ser uma promotora de tais direitos.

Desta forma a corporação de Polícia Militar responsáveis pelo encontro direto com a sociedade não para de desenvolver mecanismos para o aprimoramento no seu modo de atuar junto com a população, criando estratégias que objetivam combater a criminalidade e obter o controle da violência, sem atingir o cidadão de bem e com respeito à dignidade da pessoa humana que é garantida em tratados internacionais e na CF 88.

Com o objetivo de atender a população conforme a sua missão institucional a maioria das corporações de Polícia Militar no Brasil estão desenvolvendo manuais para seus agentes atuarem, estes manuais são como um trilho que o agente que seguir suas orientações estará atuando junto com a missão e visão da sua instituição, com desempenho de segurança em suas abordagens e promovendo mais segurança para a sociedade.

Assim a polícia busca técnicas de procedimentos operacionais para seus agentes atuarem de modo a prestarem um atendimento padronizado e de excelente qualidade mantendo tais procedimentos atualizado com as leis.

Conforme (PINC, 2006) a Polícia Militar tem olhado para a importância do investimento na Padronização do procedimentos operacionais, buscando referências entre as corporações, que em diversas situações obrigam, em juízo da imprevisibilidade da ocorrência ameaçadora, em que a sua percepção policial deve ser em frações de segundos, e o tempo que o agente tem para indentificar o perigo e atuar oportunamente respeitando a dosagem certa que determina o procedimento operacional nas abordagens mantendo a segurança do policial e de terceiros envolvidos, direto o indireto no encontro da atividade policial.

Esses procedimentos padronizados têm como objetivo proporcionar ao policial fazer o uso da força em uma abordagem sem que isso venha a violar as leis brasileiras ou os direitos individuais da pessoa humana. Os procedimentos operacionais da polícia são baseados em artigos das leis que regem o povo e quaisquer procedimentos que um agente de segurança venha praticar fora dos padrões significa que ele violou alguma lei.

Coforme o (POP, Polícia Militar do Estado de Goiás, 2014) em sua fundamentação legal vários artigos da legislação brasileira vem norteando o trabalho policial, como o artigo 244 do Código de Processo Penal, que traz a redação sobre a busca pessoal, artigo 78 do Código Tributário Nacional que define o poder de polícia dentre outros artigos que orientam a atividade dos agentes de segurança.

E notório que nenhuma desta visão das organizações de Polícia Militar em elaborar planos de metas para sempre evoluírem no seu perfil profissional dentro e um país como o Brasil com varios diplomas legais não e em vão, porque a sociedade esta cada vez mais evoluidas, as leis mudam constantemente, portanto, e preciso atualizar todos os dias para que possa atender os anseios da nossa sociedade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A cada dia as instituições de polícia buscam aprimoramento de técnicas, cursos e especialização para que seus agentes possam prestar um bom serviço para a sociedade, com respeito à dignidade da pessoa humana.

No Brasil, a responsabilidade estatal em proteger e garantir os direitos humanos surge através da evolução social e da ratificação, pelo país, de tratados e convenções internacionais de direitos humanos. A partir disso, as

instituições públicas têm procurado adaptar as suas ações para adequar às exigências da sociedade. A criação dessas legislações internacionais teve o seu maior reforço após a 2ª Guerra Mundial, quando inúmeros direitos humanos foram desrespeitados e, em consequência, várias atrocidades foram cometidas pelas nações envolvidas no conflito. (GOMES, 2015, P. 3)

Conforme (GOMES, 2015) a humanidade e as instituições públicas pós guerra tiveram grande evoluções, porque vários atos praticados contra a vida humana depois da segunda guerra mundial não foi mais aceito, porque o povo começou a exigir legislações nacionais e internacionais para que os Estado tenham a obrigação de proteger a vida das pessoas com respeito e dignidade, banindo qualquer tratamento desumano ou cruel.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países democráticos buscam alternativas estratégicas e operacionais para melhorar os serviços prestados por seus órgãos de Segurança Pública, desenvolvendo o conceito de que a sociedade civil organizada deve atuar no controle e na supervisão das ações da polícia para inibir os excessos e melhorar sua eficiência operacional, isto sem prejuízo das ações de controle externo pelo Ministério Público, moldadas na Constituição brasileira de 1988. (FERNANDES, JOÃO Antônio, 1961, P. 37).

Conforme (FERNANDES, João Antônio, 1961) Portanto, os países começaram a aderirem as leis que beneficiariam os anseios da população principalmente nos países democráticos ratificando os tratados internacionais e assim surtindo efeito positivo da vida humana, como a proteção da vida, a proteção dos seus bens materiais, assim não foi diferente nas instituições Militares, ainda mas, que sua primordial atribuição e a proteção da vida, como ela possui o monopólio da força, muitas mudanças foram feitas para que pudessem atuar com eficácia na prestação de serviço a população, principalmente com transformações operacionais, com adequação a das leis a sua operacionalização.

Podem ser usadas três maneiras bem distintas de descrever a atividade policial, cada uma a partir de diferentes fontes da informação. O trabalho policial pode se referir, primeiro, ao que a polícia é designada para fazer; segundo, as situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações. (BAYLEY, 2002)

Para atender as exigencias da população a policia deve buscar sempre recursos de aprimoramentos para seus agentes, com manuais de estudos que facilitam a filtração dessa gama de atribuição, para que não seja uma policia que desempenha seu trabalho sem o intuito de objetivos, e sim tem como obrigação respeitar os procedimentos e os princípios que norteiam sua atividade.

Conforme (FERNANDES, Costa, 2012) Sabe-se que instituições policiais nenhuma em todos os Estados tiveram êxito nas suas atividades sem voltar para uma nova

remodelagem de trabalho para combater a criminalidade, para isto as intuições policiais tiveram que adaptar a estas transformações, envolvendo conceitos, técnicos, operacionais, táticos e estratégicos para nortear suas atividades.

Para (PEREIRA, Policarpo Junior, 2012) na atual conjuntura da evolução da sociedade brasileira, e normal que surge os anseios por transformações na segurança pública, portanto exige da instituição, e dos estudiosos da segurança pública, pensamentos aprofundados sobre a atual organização social da atividade policial, portanto, estes estudiosos juntamente com as instituições vem adaptando mecanismo do processo educativo na formação do policial que e um segmento que transforma em eficácia para qualquer organização.

Assim entendi (NASCIMENTO, 2016) que a Polícia Militar de Santa Catarina, esta sendo pioneira e desenvolver mecanismos para seus policiais atuarem, assim criando manuais de operacionalização para que todos os agentes atuem de modo homogêneo, padronização e a parte basilar da atuação desta instituição, mas, uma padronização dinâmica e não engessada, alinhando o que e de mais contemporâneo no quesito de técnica policial militar, com os olhares voltados aos direitos humanos, este desenvolvimento e a partir de uma cooperação mutua entre seus agentes, sendo formado a partir de experiências operacionais vivenciada por toda sua corporação, servindo como instrumento que norteia os agentes da PMSC sem perder o foco no que e de mais fundamental que e a obediência as legislações.

Conforme o (GOIAS, 2014) a PMGO, para ter êxito em um país que atua pautado no Estado Democrático de Direitos, a força de segurança publica deve buscar mecanismos para que evoluam no aperfeiçoamento profissional destinado a uma boa prestação de serviço para o cidadão, adequando-se aos anseios da comunidade, primando-se pelo trabalho voltado aos direitos humanos.

A Polícia Militar do Estado de Goiás tem como um dos Princípios buscar aprimorar em técnicas de abordagem a pessoas suspeitas com um padrão para toda sua corporação no qual segue definida ao respeito a dignidade da pessoa humana. Os policiais devem estar empenhados com um alto nível de disciplina e desempenho que seja capaz de saber a importância e quão delicado e o sua profissão a ser desempenhada.

Para (PINC, 2007, P. 01) a abordagem policial e “um encontro entre a polícia e o público cujos procedimentos adotados variam de acordo com as circunstâncias e com a

avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com que interage, podendo estar relacionada ao crime ou não”.

Conforme (PINC, 2007) o uso de abordagem policial é uma situação que deixa o cidadão desconfortável e não raras às vezes, mesmo quem não deve, fica assustado, sendo que a maioria das pessoas não gosta de passar por esta experiência. Na imaginação da autora é praticamente uma unanimidade uma pessoa agradecer ao agente de segurança por ter sido abordado, isto porque por mais que a pessoa reconhece que aquele procedimento é para manter uma paz social livrando as pessoas de bem de serem surpreendida por um indivíduo portando algo ilícito, ninguém gosta de ter seus direitos de ir e vir cerceados mesmo que por poucos minutos.

Conforme o (GOIAS, 2014), em um procedimento de abordagem e de suma importância que o policial busque todas as informações possíveis daquela ocorrência, para que sejam reduzidos ao grau zero os riscos daquela ocorrência, no qual seja realizada de modo que seja seguro tanto para o policial quanto para terceiro, e até mesmo ao abordado, e que o policial prima pela eficiência e atitude de profissionalismo. Portanto o policial deve fazer um levantamento do ambiente no qual irá realizar a abordagem, este levantamento possui um caráter de uma prévia análise do número de pessoa que estão naquele local, as posturas e composturas das pessoas a serem abordadas, os tipos de coberturas e abrigos para um eventual surpresa, em fim, que a abordagem tenha o maior domínio possível do agente de segurança no que diz respeito aos fatores de riscos, no desenvolver do seu trabalho policial. .

Para esclarecer essa ideia, é preciso destacar três pontos. O primeiro é que a abordagem policial compreende uma ação respaldada em lei, sendo que o policial tem o poder de iniciar e conduzir o encontro. O segundo é que se trata de uma situação de risco para o policial, pois, se a pessoa abordada estiver armada, sua segurança fica exposta, sendo esta uma situação considerada em todas as circunstâncias, ou seja, o policial sempre atuará na sua conduta, na possibilidade de a pessoa abordada deve seguir todas as orientações do policial, procurando manter a calma e realizando movimentos de forma lenta, enfim, cooperando com as instruções recebidas, por mais que isso a desagrade. (PINC, 2007, P. 08).

Percebe-se que mesmo em um cenário atual de violência e criminalidade, o agente de segurança deve primar pela obediência dos seus guias de operação, respaldados nas leis, mesmo sabendo das condições do indivíduo que o agente aborda ele sempre deve conduzir este encontro dentro da legalidade. Em todas as ações de abordagem o agente de segurança deve primar pelo respeito da dignidade da pessoa humana, realizar somente os

procedimentos amparados pela lei, apesar de abordagem policial ser um dizer que implicitamente parece ser negativo, mas é um dos procedimentos fundamentais na área de segurança pública.

No Brasil, as instituições policiais vêm realizando grande esforço na padronização de procedimentos operacionais, no entanto, ainda não foi implementada nenhuma estratégia que apresente de forma detalhada o escalonamento do uso da força pela polícia. (PINC, 2007, p. 11).

Na época em que a autora (PINC, 2007) dizia que a polícia tinha como meta padronizar seus procedimentos operacionais, sua visão já era sabia, pois nos dias atuais grande parte das polícias brasileiras já possuem estas estratégias de escalonamento.

Verifica se, portanto, que o poder discricionário do policial de decidir quem aborda e quando abordar esta centrada principalmente na fundada suspeita. Em virtude da ausência de uma conceituação clara do que uma “atitude suspeita” resta ao policial através de seu tino policial, que se aperfeiçoa com a experiência, interpretar um conjunto de fatores, tais como: a maneira como a pessoa se movimenta, olha, fala, gesticula, está vestida, conduz o veículo, entre outros, para decidir, às vezes em poucos segundos, pela atitude a ser tomada. É preciso ainda, a fim de evitar transtornos ao policial e a própria corporação “acelerar” essa experiência do policial através de muito treinamento e capacitação, pois o velho lema do “errando que se aprende” não pode mais ser aceito por uma instituição que tem o slogan: focada no cidadão e ao respeito a dignidade da pessoa humana. Pronta para o futuro. (SILVA, Edson Jesus, 2011, p. 07).

Sobre sabias palavras do autor, é possível compreender que o agente de segurança para ser um bom profissional e preciso ter uma alta capacidade de internalizar experiência, ou seja, conhecimentos, analisando tudo o que foi relatado pelo autor, e que percebemos que um policial para não violar os direitos humanos e preciso que as instituições invistam em estratégias operacionais.

Dentre os procedimentos operacionais da PMGO esta a abordagem a pessoas com necessidades especiais como o objetivo de atender essas pessoas a polícia criou mecanismo de operações padrão para que cada agente de segurança possa seguir o modelo e praticar uma abordagem com segurança, e primando pela integridade física da pessoa portador de necessidades especiais, e que as atuações do agente de segurança deve ser sempre o respeito a dignidade da pessoa humana, e a observância das leis que o guia.

Caso a pessoa em atitude suspeita demore a responder ou acatar as determinações esboçando resistência, considerar a possibilidade de ter necessidades especiais. Tão logo venha contatar permanecer atento, não descuidando da segurança, respeitar as limitações observadas e sinalizar com as mãos a intenção da determinação. (POP, 2014, P. 114).

Por mais sucinto que seja é possível perceber que a Polícia Militar do Estado de Goiás tem seu objetivo reduzir total qualquer constrangimento ao abordado, e que prima

pela segurança não só do seu agente, mas primordialmente de terceiros e do abordado, ela busca aprimorar seus profissionais para que preste um serviço de extrema qualidade para a população com base no princípio dos respeitos as leis, do respeito da pessoa humana e sem discriminação de qualquer natureza que a pessoa portar.

Partindo da premissa de que o trabalho policial deve ser norteado pelo respeito aos direitos fundamentais e á dignidade da pessoa humana, o treinamento de seus profissionais deve incorporar uma formação que permita a apreensão de valores ligados a responsabilidades sociais, senso de justiça, princípios éticos e profissionais. (CALVACANTI, José Policarpo, 2012, p. 06)

“Caso a abordagem seja a homossexual lésbica, travesti ou transexual, evitar ler o nome de registro na Carteira de Identidade em voz alta”. (GOIAS, 2014, p.115)

As instituições de policia militar, sempre evoluindo com grandes transformações a quebra de preconceitos, trazendo em seus guias de operação o respeito a orientação sexual das pessoas, nas suas abordagens adaptando sua maneira rustica de abordar , mas primando pelo respeito, e os direitos do homossexual, travestir ou qualquer outro gênero. Estas mudanças não trás beneficio apenas a população, mas sem duvida ao agente de segurança, porque ele também e um ser humano que representa o Estado, e qualquer movimento fora das normas constitucionais este agente estar fardado a sofrer a iras das leis, portanto, está evolução direto com o público trás beneficio significativos as corporações.

O POP da Policia Militar do Estado de Goias trás vários tipos de abordagem a pessoas, como as abordagens a pessoas em atitudes suspeitas, este tipo de abordagem tem como objetivo o contato direto do policial e o abordado, este e o procedimento mais comum nas atividades dos agentes de segurança. A abordagem a pessoas suspeitas o POP norteia o agente a fazer uma coleta de dados a respeito da ocorrência, definir o local de abordagem, o local de abordagem e de suma importância para que o policial possa garantir a sua segurança como a de terceiros, na mesmo sequencias de ações tem como objetivos avaliar as características dos individuos, como vestuarios, comportamento dentre outros procedimentos.

O POP norteia o agente de segurança com todos os dados necessario que possa tomar na natureza da ocorrência, quanto ao nível do risco que possa vir ocorrer durante a abordagem os procedimentos operacionais ensina ao agente reduzir o perigo da abordagem para o grau zero realizando uma atividade com profissionalismo, segurança, e bom desempenho no qual torna uma trabalho eficiente com ganho de tempo e produtividade.

Os procedimentos de abordagem facilita para que o agente possa realizar seu trabalho de abordagem em todos os tipos de ambientes, como locais abertos, estes tipos de local o policial fica extremamente vulnerável portanto obedecer os procedimentos para usufruir de tudo que o terreno oferece.

Em locais fechados, usar cobertura e abrigo para que possa chegar até ao abordado com segurança e locais de difícil acesso no qual é preciso muita atenção porque qualquer reação do abordado o nível de dificuldade para realizar os procedimentos do agente de segurança aumenta.

De acordo com o (GOIAS, 2014), os procedimentos de abordagem tem seus princípios o trajeto até o local da ocorrência utilizando os meios empregados como viaturas, a aproximação do local a ocorrência, a localização dos indivíduos suspeitos, por ultimo a abordagem aos suspeitos.

3. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a atividade policial respaldada na égide dos direitos humanos, dentre suas principais atividades a abordagens a pessoas, no qual, é um encontro do policial direto com o público, portanto, foi pesquisado as transformações e evolução das instituições de policia militar no seu desenvolvimento operacional, no qual muitas destas corporações tem desenvolvido manuais de operação, devido o trabalho da policia ser muito dinâmico e a cada momento é um cenário diferente, o principal objetivo deste manuais foram afinar o trabalho policial, trazendo muitos tipos de procedimentos, todos estes procedimentos são elaborados totalmente interligados com as leis, no qual foi estudado, juntamente com as experiências de vários agentes ao longo de sua carreira, para adaptar a situação do seu trabalho na rua com os direitos da pessoa humana.

Esta pesquisa bibliográfica mostrou pelo conceito de vários autores, que mesmo diante de um cenário de grande dificuldade que a policia passou ao longo da sua historia, as corporações conseguiram grandes êxitos no seu crescimento junto com a população, mesmo que ainda existem grandes barreiras a serem quebradas, foi possível notar que se todas as ações da Policia Militar forem atribuídas conformes os seus manuais de operação, e com o respeito as leis, é certo que teremos uma população cada vez mais pacifica com a policia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Atividade Policial e Direitos Humanos no passado sofriam grandes dissonâncias, no qual está dissonância ainda reflete nos dias atuais, as pessoas tem a percepção da policia como uma corporação que vive de lado oposto da população, devido ser uma instituição que usa da força quando necessário e para reprimir quando as pessoas quebram as regras das leis, e muito difícil para um cidadão entender que quando ele pratica algo ilícito ele deve ser repreendido pelo ato, como ninguém gosta de ser chamado a atenção e muito menos ter seus direitos cerceados por certo momento. Atualmente os agentes de segurança estão cada vez, mas preparados, conscientes dos seus deveres e obrigações, porque a policia esta sempre preparando seus agentes para prestar um bom serviço para a sociedade tendo como êxito uma visão positiva da população na atual conjuntura. Com o passar do tempo a policia começou a investir em mecanismos que quebrassem esses paradigmas da visão negativa do povo sobre a polícia, atualmente estes mecanismos são desenvolvidos para transformar uma policia justa e cidadã, uma policia comunitária, que esteja sempre próxima do cidadão.

Hoje a maioria das instituições Militares desenvolveram projetos para nortear a rotina de trabalho dos seus agentes, com mecanismos tecnológicos, e projetos operacionais baseado nos direitos da pessoa humana, estes manuais de trabalho se respeitados dificilmente um agente praticara uma arbitrariedade porque todas as suas ações estarão amparadas pela lei.

Conforme coaduna (GOMES, 2015) que depois da segunda guerra mundial, as organizações públicas foram evoluindo com uma nova realidade para adequar as exigências da sociedade, as corporações de policia militar tiveram grandes mudanças na sua forma de desempenhar sua atividade, com o respeito aos direitos humanos.

E imprescindível que todas as organizações de policia estejam sempre atualizadas com a nova realidade de um mundo evoluído aonde as pessoas sabem dos seus direitos e lutam por ele, principalmente o Brasil que possui um grande acervo de leis e tratados internacionais. E importante que tanto a sociedade como o policial percorram o mesmo objetivos no qual a sociedade evolui e a policia também.

As corporações de Policia Militar só tiveram êxito nas suas atividades aquelas que tiveram transformações nos seus modos estratégicos, técnicos e operacionais, mudanças estas que se inicia na formação do policial com um processo educativo que o agente sai com uma bagagem de conhecimento preparado para atender as exigências da

sociedade, sempre com a visão de atender o público com a melhor prestação de trabalho possível.

Para (NASCIMENTO, 2016) as corporações na atual conjuntura já possui manuais de operacionalização das suas atividades, nestes manuais ensinam e norteiam os policiais em todas suas atividades, ao abordar uma pessoa tem todos os métodos para que o agente não atue fora dos parâmetros que as leis exigem, estes manuais são correlacionados as tarefas da policia baseados nas leis, sua principal missão e a preservação dos direitos humanos.

Conceitua (PINC, 2007) O esforço desempenhado pela Policia Militar de São Paulo, no qual foi uma das pioneiras em desenvolver os procedimentos operacionais, grande foram seus estudos para delimitar o uso progressivo da força, em homogeneidade com as normas constitucionais, estes procedimentos possuem mecanismos para propiciar ao policial que sua tomada de decisão seja discricionária e não arbitrária certo que estes manuais diminuem a tomada de decisão devida ser filtrado à maneira de desempenhar a sua atividade, mas, o objetivo e diminuir o risco de arbitrariedade.

As instituições policiais tem levado muito a serio na importância de investir nos manuais de operação, tornando mais dinâmico e produtivo a atividade policial, como em uma abordagem que o policial possui uma fração de segundos para identificar uma atitude suspeita, agir com rapidez e medir a força, estes fatores são fundamentais tanto para a segurança do policial, como para a do abordado e de terceiros.

Tendo a Policia Militar de São Paulo como referência, outras corporações de Policia Militar como a Policia Militar do Estado de Goiás, aderiram a estes procedimentos operacionais com o objetivo de unificar o procedimento de trabalho em todo Estado, para que o encontro com o público seja uníssono, com estes procedimentos a PMGO teve grandes avanços, sendo que todas as suas abordagem são direcionadas para que seus agentes não violem os direitos da pessoa humana, fazendo somente o que a lei determina.

Outra corporação que muito tem investido nestes procedimentos e a Policia Militar de Santa Catarina, apesar de ter copiado a ideia de outra corporação a PMSC não ficou estagnada apenas nos modelos que já existiam, hoje ela e uma policia moderna e preparada para atender todas as demandas da sociedade. A PMSC e um exemplo de evolução no seu desempenho profissional sendo minuciosa no respeito a dignidade da pessoa humana, e sempre próxima dos cidadãos que a protegem.

De acordo com (NASCIMENTO, 2016) A PMSC, tem como parte basilar alinhar tudo aquilo que e de contemporâneo para a realidade da sua corporação, fazendo assim a unificação da técnica policial com a visão voltada para os direitos humanos.

Já (CALVACANTI, Jose Policarpo, 2012) faz um apanhado geral como o trabalho das instituições de policia militar deve ser orientado, segundo ele toda atividade policial deve estar alinhada horizontalmente com os direitos fundamentais e a dignidades humana, e que a formação do policial ao ingressar na corporação deve primar pelos valores que permite o agente aprender sobre a responsabilidade que tem com a sociedade, o senso de justiça, e os princípios da ética profissional.

A Policia Militar exerce uma atividade muito minuciosa, que deve ser orientada para a obediência as leis, mesmo que a justiça ela ensina e pune, mas se bem aplicada e possível que o cidadão compreenda a importância do trabalho policial no meio de uma sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja qual for à natureza da ação que seja voltada a resguarda a integridade física e psicológica do cidadão está ação esta voltada para os direitos à vida humana. Portanto, a instituição de Policia Militar tem desenvolvido mecanismos diuturnamente para que seus agentes atuem dentro dos parâmetros que coaduna os direitos humanos.

Em muitas ações diárias do trabalho policial e difícil que em certas ocasiões sofra certos preconceitos com a palavra direitos humanos, mas e preciso refletir que em um Estado Democrático de direitos, os Direitos Humanos sejam respeitados, isto não e favorável apenas a população que tem a proteção da organização policial, mas aos próprios agentes que desempenharão um trabalho transparente e que respeitando este direito da pessoa humana estará progredindo na sua carreira profissional bem como será visto de forma positiva pela sociedade.

A abordagem policial e a parte mais fundamental de toda atividade de um agente, pois abordagem vem de bordo, ou seja, e o momento que se aproxima do cidadão, está abordagem pode ter um encontro de sucesso do ponto de vista da pessoa abordada, como se o agente não cumprir com a legalidade, e a ética pode ser um momento desagradável em razão da exposição pública do abordado e da visão negativa sobre o trabalho policial.

Conforme (PINC, 2007) e fundamental que toda a sociedade e as corporações policiais atuem com homogeneidade e de forma horizontal e sem hierarquia, porque o

objetivo e uníssono, único, apenas assim e possível construir uma cultura que deposite confiança na polícia, mas pra isso a polícia tem que esta sempre alinhando o alto preparo profissional, para que o cidadão sinta segurança e amparo pela polícia, e não medo daqueles que devem a proteger.

As instituições policiais passaram por algumas fases no passado que refletem nos dias atuais, fases estas que muitas ações praticadas não condiziam com o respeito à dignidade da pessoa humana, o jeito da polícia trabalhar de maneira que trazia uma visão negativa da sociedade, como uma polícia truculenta, era falta de preparo para lidar com o cidadão, portanto o regime militar reflete até nos dias atuais sobre a impressão que o povo tem a respeito da polícia, mas com a criação do Estado Democrático de Direitos a polícia para acompanhar tal mudança foram evoluído na sua forma de atender a população, desenvolvendo projetos para que as ações da polícia não desvirtuassem das leis.

As corporações que desenvolveram mecanismo operacionais, técnicos e estratégicos para seus agentes atuarem tiveram êxito, com inúmeros benefícios para prestar um serviço de qualidade para a população, todos estes mecanismo desenvolvidos pelas corporações são baseados em conjunto com o ordenamento jurídico nacional, e tratados internacionais, para que toda atuação da polícia tenha fundamentação e respaldo das normas constitucionais, assim e benéfico tanto para o agente atuar como para a população, pois toda atividade policial seja baseada em respeito a dignidade da pessoa humana.

De acordo com (NASSARO, Franco, 2010) para a realização de uma abordagem policial, as instituições possuem hoje com manual de trabalho o “Procedimento Operacional padrão” (POP) amplamente distribuído, na sua sequencia de ações, a fundamentação legal amparado na lei para o desempenho da atividade policial. Esse procedimento padrão além de garantir uma homogeneidade nas ações policiais, também trás segurança ao agente na forma de trabalhar, tanto segurança para sua integridade física e psicológica, como segurança jurídica, desde que ele esteja alinhado com a doutrina operacional da instituição.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcus Pinto; SANTANA, Everaldo Ferreira. **Segurança pública e polícia militar no contexto do estado democrático de direito**. Revista Espaço Acadêmico -n. 198 - Novembro/2017 - Mensal, Santa Catarina, v. 11, n. 90, p.80-90, 03 nov. 2017.

BAYLEY, D. H. **O TRABALHO POLICIAL**. 2 EDIÇÃO. ed. SÃO PAULO: [s.n.], v. PADRÕES DE POLICIAMENTO: UMA ANÁLISE INTERNACIONAL COMPARATIVA, 2002.

FERNANDES; COSTA, João Antonio da; COSTA, Julio Cezar. **Segurança pública: convergência, interconexão e interatividade social**. Vitória: do Autor 2012, 1961. 218 p

GOMES, Lucio. Polícia Militar, Promotor De Direitos Humanos. Ano 2015, p.13.

GOIÁS. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. . **Procedimento operacional padrão: polícia militar de goiás**. 3. ed. Goiânia: Pmgo, 2014. 370 p. Comissão de técnicos do pop.

NASCIMENTO, Jadson do. **Abordagem policial: normas operacionais da polícia militar de santa catarina e a legislação pátria em vigor**. 2016. 62 f. Monografia (Especialização) - Curso de Bacharel em Direito, Universidade do Sul de Santa Catarina, Criciúma, 2016. Disponível em: <www.pm.sc.gov.br/fmanager/.../ART_932906_2017_07_10_165812_tcc_sargen>. Acesso em: 03 abr. 2018.

NASSARO; FRANCO, Adilson Luís. Abordagem policial: busca pessoal e direitos humanos. **A Força Policial**, São Paulo, v. 17, p.63-83, abr. 2010

PINC, Tânia. **Abordagem policial: um encontro (des)concentante entre a polícia e o público**. Revista brasileira de segurança pública. Ano 1. Edição 2. São Paulo: Bartira, 2007.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti; POLICARPO JUNIOR, José. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana. **A Formação Policial Para Além da Técnica Profissional: Reflexões Sobre Uma Formação Humana**, São Paulo, v. 6, n. 88, p.74-88, fev. 2012.

SILVA, Edson Jesus da **A abordagem policial e o uso da força sob égide dos direitos humanos**. 2011. 18 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.